



Recebido em 05/02/2022

Aceito em 17/06/2022

<https://doi.org/10.26512/emtempos.v1i40.41868>

DOSSIÊ

Festa Junina da Travessa X: Notas Sobre Sociabilidade

Festa Junina at Travessa X: Notes on Sociability

Bruno César Pereira

Universidade Federal de São Carlos

<https://orcid.org/0000-0002-7975-6024>

Ana Maria Rufino Gillies

Universidade Estadual do Paraná

<https://orcid.org/0000-0002-2699-3595>

RESUMO: O presente estudo caracteriza-se enquanto um ensaio que possui por objetivo analisar a Festa Junina da Travessa X, realizada no extremo-leste de Orlândia, município localizado no nordeste paulista (região do mar de cana). Nesta investigação, buscamos destacar que esse festejo, além do lazer, propicia a criação e renovação de laços como: amizade, solidariedade e vizinhança, bem como pode ser observado como um importante espaço de sociabilidade na região.

PALAVRAS-CHAVE: Festa Junina. Extremo-Leste Orlandino. Sociabilidades. Memória

ABSTRACT: The present study is characterized as an essay that analyzes a *Festa Junina* – a traditional Brazilian celebration that takes place in June and July - at Travessa X, held in the extreme east of Orlândia, a municipality located in the northeast of São Paulo (sugar cane region). In this investigation we highlight that this celebration, in addition to leisure, provides the opportunity for the creation and renewal of ties such as: friendship, solidarity and neighborhood, as well as being an important space of sociability in the region.

KEYWORDS: *Festa Junina*. Extreme-East of Orlândia. Sociabilities. Memory.

Introdução

Ao longo deste ensaio, temos por objetivo central analisar a Festa Junina da Travessa X. Nossa proposta busca observar como este festejo pode ser compreendido enquanto um importante espaço de sociabilidades em um bairro da cidade de Orlândia, localizada no nordeste paulista – região do mar de cana (Grande Ribeirão Preto).

O tema que será discutido é, portanto, a Festa, e o objeto do estudo, uma Festa Junina. Por tratar-se de um evento que faz parte das práticas instituídas na América Portuguesa desde o século XVI, da bibliografia consultada foram selecionados alguns estudos sobre aquele período. “Material do rico folclore brasileiro, a festa obriga também

os historiadores a refletir sobre as abordagens metodológicas que lhes permitam investigar “a cultura do povo”, registra Mary Del Priore em seu estudo *Festas e Utopias no Brasil Colonial* (1994), que discute a história da festa a partir das perspectivas das mentalidades e da cultura, procurando inquirir que significado a festa possuía para os vários segmentos da sociedade, as infrações nela ocorridas, o papel do Estado português e seu processo de violenta normatização da Colônia e os efeitos desse controle sobre as formas de sociabilidade e a economia psíquica dos indivíduos (PRIORE, 1994, p. 11-12)

Na historiografia sobre o tema, observa-se que pesquisas sobre as festas no Brasil Colonial têm sido desenvolvidas há décadas, por pesquisadores das ciências sociais, ciências humanas e, rompendo com o exclusivismo destes campos, ampliando-se para outras áreas. Luciana Chianca, por exemplo, autora de vários estudos sobre o tema, em um artigo de 2007, desenvolvido a partir de uma perspectiva etnológica, destaca que “De origem européia, a festa junina recuperou no Brasil a sua expressão de festa laica e popular, mesmo com a influência da Igreja Católica desde a sua colonização no século XVI” (CHIANCA, 2007, p. 52).

Severino Alves de Lucena Filho discute as festas juninas no Nordeste, as quais, devido ao seu crescimento e elevado grau de elaboração, passaram a fazer parte de um importante calendário do turismo cultural da região. Ele detalha todos os ritos e simbolismos pagãos atrelados ao mundo rural europeu, associados a elementos asiáticos e africanos, e explica como eles compõem as atividades que são desenvolvidas nas festas. “No Nordeste”, explica, “as festas juninas estão diretamente vinculadas ao início da colheita do milho. As suas características de origem rural vêm se mantendo apesar da influência que recebem do meio urbano” (LUCENA FILHO, s.d., p. 3).

Também tomando o Nordeste como palco das grandes realizações de festas juninas, Maryvone Moura Gomes, buscando em Bakhtin (1987) e Durkheim (1912) a historicidade e as bases para o entendimento das manifestações culturais populares aqui tratadas, observa como elas propiciam uma plêiade de sentimentos em seus participantes, “sentimentos de pertencimento, de fé e devoção, de recriação e ritualização, que fazem com que as especificidades locais sejam vistas e sentidas de forma mais explícita” (GOMES, 2011, p. 99)

Encontros festivos, e sociabilidades, também são considerados a partir de contextos e sujeitos históricos que os perceberam como espaços portadores de potencial transgressivo. Luis Geraldo da Silva, em capítulo com o qual contribuiu para a obra *Festa, cultura e sociabilidades¹ na América Portuguesa* (JANCSÓ; KANTOR, 2001), discute como, entre o final do século XVIII e início do XIX passaram a ser impostos “cerceamentos ao mundo das representações religiosas negras, bem como a destruição das identidades e das sociabilidades étnicas e profissionais dos homens de cor” (SILVA, 2001, p. 313-335) da vila do Recife e da cidade de Olinda, sem dúvida não apenas pelo temor dos ajuntamentos, mas também porque, em períodos anteriores, toda uma hierarquia de comando entre os homens e mulheres de cor havia sido institucionalizada, mas não deixava de representar uma complexa rede de auto-governo que contemplava

¹ Em capítulo em que historiciza o conceito, Luiz Carlos Ribeiro (2019, p. 53) observa que essa coletânea, organizada em dois volumes, “apesar do destaque no título, o conceito de sociabilidade não é discutido”.

grupos de pessoas e suas especificidades étnico-culturais e não considerava ilícitos os encontros de natureza festiva, enfim, as sociabilidades de negros e negras libertos, os *sem senhor*, e escravos.

Já o estudo de Lisa Voigt (2019) se aproxima mais das questões que levantamos no início deste ensaio, qual seja, a preocupação em tomar o vocábulo *sociabilidade* problematizando seu potencial como categoria analítica para a história e tratando-o a partir de autores que pesquisaram sua historicidade. Voigt, analisando festas e sociabilidades nas cidades mineiras entre os séculos XVII e XVIII, coloca à prova a concepção de sociabilidade de Georg Simmel. “Para Simmel e seus seguidores e críticos da sociologia”, escreve, “uma das *play-forms* mais frequentemente invocadas para exemplificar a sociabilidade é a festa” (VOIGT, 2019, p. 117), que uma interação social em si, sem qualquer objetivo utilitário que não o puro prazer de estar com outros e proporcionar o mesmo a eles.

Um aspecto importante da concepção de Simmel, para que haja uma ‘sociabilidade pura’, seria a presença de um caráter democrático, que só se realizaria entre iguais. Deste modo, considerar como sociabilidade as festas públicas modernas, tanto na Europa como na América, representaria o contrário, pois aquelas ocasiões, como Voigt demonstra, são marcadas pela contínua reafirmação de hierarquias sociais, de caráter étnico-racial. Além disso, a participação de todos os residentes era involuntária, “obrigatória e fazia parte da instrumentalização da festa” (VOIGT, 2019, p. 120). Assim sendo, o conceito de sociabilidade seria inadequado para as festas coloniais, “pois essas festas salientam e não escondem a desigualdade extrema gerada pela presença da riqueza mineral e a dependência da mão de obra forçada, indígena ou negra, para produzi-la” (VOIGT, 2019, p. 129). Não obstante, a autora demonstra como os subalternizados, *criollos* da América espanhola e/ou negros escravizados e libertos de Minas Gerais, se apropriavam dessas ocasiões para inverter as imagens de si, dignificando-as por meio, por exemplo, de ostentações e de autocelebração. Eles “não alcançaram a igualdade no *conteúdo* da vida diária”, conclui, “mas com certeza entenderam as *formas* sociais festivas como muito mais do que um jogo” (VOIGT, 2019, p. 129).

Simmel é interessante justamente porque sua concepção de sociabilidade é considerada um tanto idealizada demais e generalista, e, também, ambígua e pouco clara, o que acaba por demandar esse esforço de observação sobre as ações humanas nas suas formas de interação, levando-se em consideração o tempo e o espaço, categorias fundamentais para o trabalho do historiador. O problema de se tentar aplicar seu conceito ao período colonial reside no fato inegável de quão hierarquizadas estão as relações sociais. Mesmo não estando extintas formas de hierarquização da sociedade na contemporaneidade, supostamente orientada pelos valores democráticos de liberdade e de igualdade, são diferentes os contextos e as razões que reúnem indivíduos e grupos em torno de determinadas celebrações onde o que se busca é o prazer, que deveria predominar sobre possíveis conflitos pré-existentes. Não se pretende propor a inexistência de conflitos entre os participantes da festa junina da Travessa X, mas é fato que, durante a festa, ao longo dos 21 anos em que ela vem ocorrendo, não houve manifestações hostis, todos pareceram estar em busca do puro prazer.

Portanto, entre outros conceitos que serão trabalhados ao longo deste texto, destacamos a importância das sociabilidades pelo modo como vem crescendo seu uso, embora, em muitos casos, sem a devida conceituação. Como destaca Luiz Carlos Ribeiro (2019),

A hipótese de se fazer um balanço extenso e qualitativo da produção brasileira sobre o tema das sociabilidades revela-se pouco eficaz ou mesmo inexecutável. O principal argumento, além da extensão da tarefa, é o fato de, na maioria das vezes, o termo aparecer como dado, sem maiores análises ou, de outro modo, trabalhos que analisam práticas sociais que poderiam ser compreendidas como sociabilidades, não incorporarem o termo (RIBEIRO, 2019, p. 52).

Como veremos adiante, tem havido esforços nesse sentido. Para citar apenas alguns casos, a Universidade Federal do Paraná possui em seu Programa de Pós-Graduação, uma linha de pesquisa – Espaços e Sociabilidades - que trabalha essa categoria histórica. Atualizados com uma bibliografia que vem sendo produzida no exterior e interessados em reunir pesquisas sobre sociabilidades, os coordenadores da linha, Professora Andréa Doré e Professor Luiz Carlos Ribeiro, promoveram, em 2017, um evento de extensão em pesquisa histórica com o título *O que é Sociabilidade?* para o qual convidaram autores de teses e dissertações onde o vocábulo aparece sem, no entanto, historicizar ou apresentar bases teóricas para sociabilidades enquanto um conceito.²

O resultado daquele seminário foi a produção de uma obra contendo 15 capítulos, entre eles dois de autoria de Maurice Agulhon (2019, p. 13-35), historiador francês que tornou-se referência para trabalhos históricos do tema em questão, a despeito de, como ele próprio reconhece, ao escrever sua tese de doutorado³ não ter tido consciência que estava trabalhando com uma categoria de análise e por isso não o instigou qualquer discussão teórica, tanto que 2 anos depois relegou o tema para o subtítulo. A problematização e o reconhecimento da possibilidade de se tratar de uma categoria histórica deu-se em 1977, em resposta a questionamentos e problematizações que foram surgindo. A coletânea publicada em 2019 também traz estudos de outros autores que tratam de contextos e tempos específicos e discutem autores relevantes na formulação do conceito, entre os quais George Gurvitch. A partir das questões levantadas no Seminário de 2017 e da produção do livro, também passou a ser ofertada pela Professora Ana Maria Rufino Gillies, a disciplina Espaços de Sociabilidades no Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Estadual do Centro-Oeste, *campus* de Irati.

Com o crescente interesse em explorar as múltiplas manifestações de sociabilidades, o impacto de Simmel parece destinado a aumentar acentuadamente, conforme afirmou Thomas S. Henricks em 2003. Para a confecção deste estudo, o conceito de sociabilidade tem grande importância. Nossas discussões sobre tal conceito

² Um exemplo dessa tendência é a tese de doutorado de Ana Maria Rufino Gillies, *O diário de uma imigrante britânica no Paraná (1868-1890): memória, trabalho e sociabilidades* (Curitiba, PR: UFPR, 2010) em que apresenta não apenas as sociabilidades desenvolvidas pela biografada, mas de modo geral, aspectos das sociabilidades de toda a capital da província.

³ *La sociabilité meridionale: confréries et associations en Provence orientale dans la deuxième moitié du XVIIIe siècle*. Aix-en Provence: La Pensée Universitaire, 2 vols (miltigr.), 1966.

serão norteadas a partir das perspectivas de Simmel (2006) e de Agulhon (2019). Consideraremos sociabilidade, enquanto uma expressão do modo de vida, bem como uma categoria de análise histórica. Sociabilidade deve ser compreendida como dinâmica e complexa, seja em sua configuração formal quanto informal (AGULHON, 2019), e como um processo que ocupa um papel simbólico na vida das pessoas (ALVES, 2013). O evento aqui analisado, uma prática cultural que faz parte do calendário de festas populares brasileiras de longa data e, portanto, se caracteriza como tradição, além de contribuir para a criação, consolidação e renovação de certos laços nesta região, também é considerado pelos participantes (moradores locais), como fazendo parte de sua identidade.

Em resumo, porque as reflexões de Simmel são complexas e extensas e porque estaremos apontando concepções simmelianas ao longo do texto conforme for sendo pertinente, a concepção de sociabilidade desse autor reúne os seguintes aspectos gerais: a sociabilidade é uma forma autônoma ou lúdica de sociação; por forma autônoma, o autor refere-se a um tipo de sociação dissociado das realidades e interesses materiais da vida real; “sociação é a forma (realizada de incontáveis maneiras diferentes) pela qual os indivíduos se agrupam em unidades que satisfazem seus interesses”; tudo que está presente no indivíduo, inclusive seus interesses, e que atuam de modo a engendrar ou mediar influências sobre os outros, ou que receba tais influências, é designado como conteúdo; o foco da sociabilidade são as formas como ela se dá e não o conteúdo; “na pureza das suas manifestações, a sociabilidade não tem propósitos objetivos, nem conteúdo [...], nem resultados exteriores e depende apenas das personalidades daqueles entre as quais ocorre; “seu alvo não é nada além do sucesso do momento sociável e, quando muito, da lembrança dele”; para que seja um sucesso, depende que os participantes possuam atributos como amabilidade, refinamento, cordialidade, tato; ego, riqueza, méritos, posição social são exibições pessoais que não podem representar papéis na sociabilidade, nem, tampouco, disposições meramente pessoais, como desespero, depressão etc. que Simmel classifica como “o claro e o escuro da vida mais íntima”, reconhecendo que esse mundo da sociabilidade, onde a sociação mais pura e estilizada se dá entre iguais, é artificial. “A sociabilidade é o jogo no qual “se faz de conta” que são todos iguais e, ao mesmo tempo, se faz de conta que cada um é reverenciado em particular: e “fazer de conta” não é mentira mais do que o jogo ou a arte são mentiras devido ao seu desvio da realidade” (SIMMEL, 1983, p. 165-181).

Caminho metodológico: o uso das fontes orais

Coletadas e analisadas ao longo do ano de 2020, nesta investigação, utilizamos como fontes, entrevistas realizadas com moradores do extremo-leste orlandino (Bairros Jardim Santa Rita e Conjunto Habitacional José Vieira Brasão). Estas entrevistas, em um primeiro momento, foram utilizadas para a confecção de uma pesquisa de mestrado⁴.

⁴ Parte das entrevistas, sobretudo aquelas ocorridas no segundo semestre de 2020, foram realizadas por meio de ligações de telefone celular e de aplicativos de conversa virtuais (como *WhatsApp* e *Messenger*). O uso dessas ferramentas digitais, para a coleta dos depoimentos, buscou seguir as recomendações dos principais órgãos de saúde (nacionais e internacionais), para o isolamento social, devido à pandemia

Para a construção de presente reflexão, selecionamos cinco depoimentos orais de moradores dos bairros supracitados. Para uma melhor visualização de quem são os sujeitos, protagonistas deste estudo, optamos, partindo da autorização deles, por utilizar seus nomes reais quando citamos um fragmento de suas entrevistas. Da mesma forma, a primeira vez que essas pessoas aparecerem nesta pesquisa, destacaremos seus nomes completos e, ao final do artigo, na seção Fontes, alguns dados complementares, como idade, naturalidade, ocupação, data e local da realização da entrevista. No restante do estudo optaremos apenas por identificá-los por seus dois primeiros nomes, que, de maneira geral, são como são identificados em seu cotidiano.

Na confecção das entrevistas optamos pela estrutura “semiestruturada”, ou seja, construímos um breve roteiro com perguntas que versavam sobre temáticas específicas, mas abordavam, também, um pouco as trajetórias de vida dos sujeitos. Partindo de suas respostas, outras perguntas foram realizadas, na busca de explorar questões as quais acreditávamos serem importantes. Neste sentido, algumas informações obtidas ao longo das narrativas levavam a outras perguntas que não estavam no roteiro, até então pré-estabelecido. Foi a partir delas que nos deparamos com as discussões presentes nesta investigação. São narrativas que nos falam de suas trajetórias no local, das dificuldades que enfrentaram e enfrentam, das memórias, da formação das redes de amizade e solidariedade, construídas em contatos entre os vizinhos, no cotidiano, assim como no trabalho e nos espaços de lazer. Por meio delas, foi possível traçar um panorama acerca de suas vivências e de como elas se inscrevem e se relacionam com a dinâmica social do extremo-leste orlandino (PORTELLI, 1996; 1997).

Seus relatos, mesmo tendo sido prestados individualmente, ou seja, cada entrevistado falando sobre si, sobre suas memórias, estas encontram-se entrelaçadas a questões mais amplas, isto é, o falar sobre si, acaba por envolver outros sujeitos, outras trajetórias, além de destacar contextos mais amplos do seu dia a dia ou de sua experiência. A memória dos sujeitos (individual) também pode ser compreendida enquanto uma memória social (coletiva), dentro de um quadro de referências dos indivíduos que estão narrando as suas histórias. Levamos em consideração a complexidade presente nas particularidades trazidas por suas memórias, compreendendo-as a partir da perspectiva de Halbwachs (2006), de que tais memórias, mesmo sendo colocadas no âmbito individual, negociam e se relacionam a todo momento com as memórias coletivas.

Frisamos neste estudo as relações entre memória e identidade, sobretudo a partir da utilização das discussões e considerações de Michael Pollak (1992). Ele destaca que a memória deve ser entendida, sobretudo, como um fenômeno coletivo e social, ou seja, “como um fenômeno construído coletivamente e submetido a flutuações, transformações, mudanças constantes” (POLLAK, 1992, p. 201). As memórias são constituídas por marcos variantes e invariantes, possuem determinados acontecimentos que perpassam as vivências dos indivíduos e constituem parte fundante de sua identidade e da

gerada pelo COVID-19, provocada pelo novo corona vírus (SARS-COV-2). Desta forma, optou-se pelo uso de novas estratégias para a coleta de fonte, visando preservar a saúde do pesquisador e dos entrevistados.

identidade de outros. Segundo o autor, a identidade constitui-se de três elementos essenciais: física, temporal e coerência.⁵

Pollak (1992) conclui que: “[...] a memória é um elemento constituinte do sentimento de identidade, tanto individual como coletiva, na medida em que ela é também um fator extremamente importante do sentimento de continuidade e de coerência de uma pessoa ou de um grupo em sua reconstrução de si” (POLLAK, 1992, p. 204). Neste sentido, compreendemos que a identidade de “morador local”, observada no contexto do extremo-leste orlandino, além de sua consolidação através do cotidiano e dos espaços de sociabilidades, foi construída e reconstruída a partir da memória dos sujeitos que vivem na região.

Levando em consideração as questões apresentadas, dividimos este estudo em duas seções. Na primeira, nos dedicamos a conhecer um pouco melhor o espaço estudado, a cidade de Orlandia e na seqüência nos dedicamos a um rápido apanhado geral da ocupação do extremo-leste orlandino.

Na seqüência, segunda seção, destacamos as contribuições da Festa Junina da Travessa X para a criação, consolidação e renovação de laços de amizade, solidariedade, companheirismo e vizinhança, bem como sua importância para a criação de uma certa identidade, a de moradores locais.

Extremo-leste orlandino: uma região em edificação

Orlandia situa-se na região nordeste do Estado de São Paulo. Faz parte da recém-criada região metropolitana de Ribeirão Preto (RMRP). Fundada, no início do século XX, como boa parte dos municípios desta região, no período, teve sua economia e desenvolvimento marcadas pelas lavouras de café. A cidade nasce a partir de um visionário projeto de “cidade moderna”, desenvolvido pelo engenheiro civil Luiz de Mello Marques, a pedido do Coronel Francisco Orlando Diniz Junqueira. O esboço do que viria a ser Orlandia se concretiza a partir da Vila Orlando, criada na Fazenda Boa Vista, de propriedade do coronel, em meados de 1905 (ARAÚJO, 1999; PEREIRA, 2021a).

Esta cidade, entre as décadas finais do século passado, viveu um expressivo crescimento, seja de seu tecido urbano como em números populacionais. Segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), na década de 1970, Orlandia possuía pouco mais de 15 mil habitantes, já na década seguinte (1980), este número ultrapassaria os 22 mil. O considerável crescimento não cessaria nas décadas posteriores. Orlandia aumentou sua população para pouco mais de 27 mil habitantes, em 1990, e este número novamente aumentaria no censo seguinte, chegando a 35 mil nos anos 2000 e 40 mil no censo de 2010. De modo geral, entre as décadas de 1970 e

⁵ Como pontua o autor: “Há a unidade física, ou seja, o sentimento de ter fronteiras físicas, no caso do corpo da pessoa, ou fronteiras de pertencimento ao grupo, no caso de um coletivo; há a continuidade dentro do tempo, no sentido físico da palavra, mas também no sentido moral e psicológico; finalmente, há o sentimento de coerência, ou seja, de que os diferentes elementos que formam um indivíduo são efetivamente unificados” (POLLAK, 1992, p. 204).

2010, Orlandia mais que dobrou sua população, um crescimento superior a 25 mil habitantes, em poucas décadas.

Este acelerado crescimento populacional se deu a partir do processo de “interiorização do desenvolvimento” vivido no Estado de São Paulo. Como pontua Baeninger (2002), a partir dos anos de 1970, com a desconcentração industrial da região metropolitana paulista e a instalação de novas (e o desenvolvimento das antigas) indústrias, na região interiorana do Estado de São Paulo, esses espaços, o interior paulista, foram grandes polos de atração de sujeitos, da migração entre cidades ou entre estados.

Outro autor que aborda tal questão é Paiva (2019) que, ao discorrer sobre o processo, destaca que as cidades interioranas do Estado de São Paulo, a partir da década de 1970, receberam “[...] pesados investimentos estatais com o intuito de também torná-las receptoras de investimentos industriais privados, como opções em relação à metrópole, no âmbito das políticas de interiorização do desenvolvimento assumidas pelos governos federal e estadual.” (PAIVA, 2019, p. 6).

O aumento populacional, como indicado por Paiva (2019), teria ocorrido devido ao êxodo rural, e com as migrações entre cidades e estados. Os novos moradores seriam atraídos em virtude da fase de desenvolvimento econômico que a cidade de Orlandia vivia até então. Essa atração, ao longo dos anos, causaria um déficit habitacional mediante o aumento do contingente populacional.

A solução para a questão habitacional seria a ampliação do tecido urbano do município, que se daria de duas formas. A primeira seria a implantação de novos loteamentos, e a segunda, que se refere, de modo geral, ao segundo processo de grande aumento da área urbana, seria a construção de conjuntos de habitação social.

É em meio a tal processo que, em meados do final da década de 1980, ocorre a ocupação do extremo-leste orlandino, região que abriga atualmente os bairros Jardim Santa Rita e Conjunto Habitacional José Viera Brasão, palco das análises deste estudo.

O extremo-leste orlandino, até o final da década de 1980, correspondia à antiga Fazenda Londrina, propriedade de Carmine Giccozzi. A ocupação ocorreria, somente, no final dessa década, a partir do loteamento de parte da fazenda para a criação do Bairro Jardim Santa Rita. A grande maioria dos novos moradores dessa região foram migrantes de outras cidades do Estado de São Paulo e sujeitos vindos de outros Estados do país, atraídos pelo desenvolvimento da cidade e das oportunidades de emprego gerados pelo desenvolvimento do município, nas últimas décadas do século XX.

A ocupação do lugar ocorre após o loteamento de parte da fazenda Londrina, em 1989. A partir da Lei nº 1.779, de 18 de julho do mesmo ano, o poder público municipal, assumiria a obrigação de executar as obras de infraestrutura do loteamento ‘Jardim Santa Rita. Essas obras de infraestrutura correspondiam à divisão dos quarteirões, à demarcação das ruas e avenidas e à construção da rede de abastecimento de água e esgoto. Iniciaram-se em 1989, e só seriam finalizadas por volta de 1995. Antes mesmo da finalização, boa parte dos lotes desse novo bairro já havia sido vendida pela

Prefeitura, que era detentora dos terrenos. Alguns sujeitos comprariam mais de um lote, e, desta forma, revenderiam a terceiros ao longo dos anos.⁶

Como relataram os primeiros moradores do Jardim Santa Rita, as obras de infraestrutura, em especial as de iluminação pública, asfalto e ampliação de avenidas de ligação do novo bairro com o restante da cidade, demoraria para ocorrer. Foi somente após o início das obras de construção do Conj. Hab. José Vieira Brasão que ocorreram melhorias na infraestrutura desta região.

O Conjunto Habitacional José Vieira Brasão foi construído através de um convênio entre a Prefeitura e a Companhia de Desenvolvimento Habitacional e Urbano (CDHU), firmado pelo Decreto nº 2.628, de 03 de fevereiro de 1992. Entre os anos de 1992-1994, a CDHU construiria cerca de 540 habitações no extremo-leste orlandino. O contrato realizado, entre a empresa e Prefeitura, foi extremamente vantajoso para o poder público, pois a Prefeitura ficaria responsável apenas pela organização do projeto do novo conjunto habitacional, enquanto ficaria a cargo da empresa CDHU a demarcação dos lotes, quadras e logradouros, terraplanagem e abertura de vias de circulação, bem como a instalação de todos os equipamentos urbanos na área e a construção das residências.

A região ainda receberia, a partir de investimentos do poder público e da CDHU, a construção de uma escola, quatro quadras de futsal/basquete (sendo que uma delas possui cobertura, arquibancadas, banheiros, vestiário, bilheteria, cozinha e espaço para venda de bebidas e alimentos), cinco pequenas praças (onde futuramente seriam instalados bancos, brinquedos para crianças e o plantio de árvores)⁷, uma creche, um posto de saúde e um salão de festas.

Esta parte da cidade de Orlândia, circunscrita entre as Ruas: 1, 2, 4, 6, 8, 10, 12, 14 e 16, Avenidas: R, S, T, U, V, W, X, Y, Z e 100 e Travessas: W, X, Y, Z e 100, nasce entremeio às “braquiárias”, planta forrageira e alimento para o gado, e guarda um emaranhado de narrativas e percepções sobre o espaço e sobre a cidade. Como supracitado, a grande maioria dos homens e mulheres que passaram a viver nessa região vinham de outras cidades paulistas e de outros Estados do país, sendo, de modo geral, desconhecidos entre si.

O relato de Maria Dalva dos Santos Borges, migrante nordestina que chegou à cidade de Orlândia no início da década de 1990, sintetiza isto, “[...] quando a gente chegou aqui, não conhecia ninguém né, eu até tinha uns conhecidos que vieram para cá também, só que era tudo longe, eu aqui na Y, a minha conhecida lá no fim da Z, era longinho, então os vizinho aqui eu nem sabia quem eram” (MARIA DALVA, 2020)⁸.

⁶ Alguns sujeitos, como é caso do senhor Hélio Siena, comprariam quarteirões inteiros, demarcariam estes grandes espaços em pequenos lotes e revenderiam a outros sujeitos ao longo das décadas de 1990 e 2000

⁷ Estas “melhorias nas praças” foram empreendidas pelos próprios moradores. Segundo eles, estes espaços estavam abandonados pelo poder público, e por iniciativa de alguns moradores foram construídos bancos, espaços para a diversão de crianças, como “parquinhos” e o plantio de árvores.

⁸ Reforçamos, aqui, que a utilização dos nomes reais dos entrevistados se deu por autorização de consentimento assinada por eles. A utilização dos nomes reais reforça uma busca pela visibilidade destes sujeitos, como nos disse Raimundo Nonato, um de nossos entrevistados, ao ser perguntado sobre esta questão: “[...] essa é minha história, tem que ter meu nome, nada disso de inventar outra pessoa, essa é a

Esta relação mudou com o desenvolvimento de laços de amizade, solidariedade e de compadrio, a partir das relações cotidianas entre estes sujeitos no espaço. Sobretudo, consideramos que os espaços de sociabilidades tiveram papel fundamental no processo de estreitamento destes laços.

Em especial, foi através das festas comunitárias realizadas na região que aos poucos estes laços foram criados, reforçados e renovados. As festas comunitárias marcam tempo, pessoas, temas e lugares. E, como discutem Oliveira e Osório (2017), “podem ser pensadas como ocasiões sociais complexas presididas por modelos de ordem que orientam condutas, fornecendo meios para a navegação no mar dos acontecimentos e chaves para decodificação dos sentidos de suas ações” (OLIVEIRA; OSÓRIO, 2017, p. 175).

Partindo das considerações do parágrafo acima, buscamos na seção seguinte explorar um espaço de sociabilidade nesta parte da cidade de Orlândia, qual seja, a Festa Junina da Travessa X.

A festa junina: para além do lazer, um espaço de sociabilidades

Ao longo do extremo-leste orlandino acontece anualmente, desde meados dos anos 2000, a Festa Junina da Travessa X. Por acontecer todos os anos, já é considerada tradição. Este evento nasceu a partir de um pagamento de promessa, porém, deixou de ser algo individual, de uma pessoa/família e acabou por englobar uma série de outros sujeitos ao longo dos anos.

A promessa que originou o festejo foi feita por Maria de Lurdes Monteiro. Maria de Lurdes, ou Dona Lurdes como é conhecida por todos, é moradora do Conjunto Habitacional José Vieira Brasão, desde 1993. No início dos anos 2000, sofreu um acidente de trabalho, e, após o acontecimento, fez uma promessa a Santo Antônio de que, caso se recuperasse de tal acidente, realizaria todos os anos, no mês de junho, uma festa junina. Com a recuperação, Maria de Lurdes passou a realizar a festa, inicialmente, com a ajuda da família e, posteriormente, contando com a ajuda de vizinhos.

Eu machuquei a coluna sabe, foi complicado, os médicos diziam que existia pouca chance de eu ficar melhor eu ia perder o movimento das pernas. Na terceira vez que eu ia ser operada eu fiz essa promessa, disse que se Deus me curasse todo o ano eu ia fazer essa festa, e foi assim, já vai fazer 21 anos que eu faço essa festa (MARIA DE LURDES, 2020).

O evento, a cada ano, vem tomando grandes proporções. No início, Maria de Lurdes apenas realizava uma missa em sua residência, rezavam o terço, levantavam os santos⁹; em seguida, servia aos poucos convidados pipoca, quentão de pinga e bolo. Mas,

história do Raimundo [risos]”. Salientamos, ainda, que para os fragmentos das entrevistas utilizaremos os dois primeiros nomes de cada um de nossos entrevistados.

⁹ “Levantar o Santo” na fala da entrevistada corresponde a hastear a bandeira de Santo Antônio. Neste caso, as imagens de Santo Antônio, São Pedro e São João, encontram-se conectadas em um triângulo feito de madeira, o qual, após as orações, é colocado em um bambu e hasteado ao lado da casa da organizadora. Para uma melhor compreensão e visualização desta prática indicamos o documentário *Tradições do*

com o passar dos anos, o evento foi atingindo um maior público, variou nos alimentos servidos e saiu do ambiente privado, ganhando a Travessa X e parte da Rua Oito.

Começou com pouquinho, só pipoca e quentão, mas cada ano foi mais e mais e agora a gente faz de tudo. Tem até vereador que ajuda a gente aqui a fazer, até o prefeito, eles já falaram que isso aqui tá virando tradição [grifo nosso]. Os vizinho ajudam bastante, cada ano vai aumentando mais, da última vez foi quatro galão de 50 litros de quentão, dois galões desse de canjica, cuz-cuz, amendoim [cri-cri], faço caldo de mandioca com carne moída, batata. Doce, bolo, leite achocolatado, tudo, cada ano aumenta mais, glória a Deus. É tudo doado e quando sobra a gente divide com os vizinhos no outro dia. Tudo de graça, tudo, tudo (MARIA DE LURDES, 2020).

A festa, que em 2021 entrou em sua vigésima primeira edição¹⁰, atualmente possui aval do poder municipal para ser realizada. A Prefeitura autoriza o bloqueio da Travessa X e parte da Rua Oito, bem como é solicitada a presença de policiais militares para fazer a segurança do evento.

A dinâmica da festa é simples. Na parte da manhã e da tarde, do dia 13 de junho (dia de Santo Antônio), os moradores fazem os preparativos do evento, como a grande fogueira, os enfeites na rua (bandeirinhas e cartazes), e dedicam-se ao preparo dos alimentos. Já na parte da noite, o evento tem início com uma missa, realizada na Travessa X, com orações de agradecimento à benção alcançada. Após o momento de oração, são erguidos os santos; na seqüência, é realizada a encenação de um casamento na roça, que conta com um par de noivos, um padre (encenado por Dona Lurdes), e vários casais de jovens vestidos de “caipiras”; depois da encenação, começa a dança da quadrilha.

Esta parte do evento, a encenação e a dança, não corresponde a algo improvisado. Os jovens que dela participam, filhos e netos dos moradores da Travessa e de outras partes do bairro, ao longo de algumas semanas que antecedem o evento, com o auxílio de um adulto, realizam diversos ensaios para tudo ficar perfeito no grande dia. Como ainda salienta Lurdes, os “que melhor dançarem a gente presenteia com algum prêmio, compro alguma coisinha e dou, é um jeito de agradecer por tá se dedicando” (MARIA DE LURDES, 2020). Findada a apresentação, são servidos os pratos típicos, como relatado no depoimento da entrevistada, em parágrafos acima.

Além de proporcionar lazer e diversão, a Festa Junina possui grande importância no que tange a construção e consolidação de laços de amizade e solidariedade entre seus participantes, tendo, também, possibilitado a construção de uma certa noção e sentimentos de unidade, identidade e pertença ao espaço. Como destacam Silva e Angelo (2016),

As festas enquanto manifestações da cultura fornecem elementos fundamentais de sociabilidade e de tensões sociais, no modo de ser e como ser, na convivência

Interior: Festa de Santo Antônio da Família Baté em Tibiriça (TV UNESP, 2012), disponível na plataforma Youtube.

¹⁰ No ano de 2020 não ocorreu a festa devido a pandemia ocasionada pelo COVID-19 provocada pelo novo corona vírus (SARS-COV-2). Contudo, como nos relata Maria de Lurdes a entrevistada manteve as orações com sua família em sua residência, após as orações, ela, com ajuda dos filhos e marido, “ergueram os santos”.

com seu grupo, as interações e conflitos em geral, ou seja, formatam a vida em sociedade. As interações geradas no desenrolar dos festejos, demonstram a estética existencial e as bases de cada festa em particular. Mostram ainda, as formas organizacionais, as lógicas, as lutas da comunidade ou simplesmente a exaltação da alegria ou dá fé, quer individual quer coletivamente. Olhar cada espaço de criação dos eventos, fornece elementos do mundo simbólico dos significados e de (re)significações de cada celebração/festa/acontecimento (SILVA; ANGELO, 2016, s/p).

Concordamos com as autoras de que as festas não correspondem apenas a um mero espetáculo, antes de tudo, são um espaço construído pela comunidade, “como forma de se fazer ver, se fazer sentir e ser” (SILVA; ANGELO, 2016, s/p). Neste sentido, as festas podem ser consideradas como importantes momentos “para o exercício da sociabilidade no contexto urbano, as festas [...] ativam a memória dos moradores da cidade, bem como reforçam as tradições culturais, o sentimento de identidade e pertencimento coletivo” (ARAGÃO; MACEDO, 2013, p. 3).

Destaca-se, também, que este festejo corresponde a um espaço de sociabilidade que, inicialmente, caracteriza-se como informal, mas, com o passar dos anos, torna-se formal, institucionaliza-se (AGULHON, 2019), e torna-se tradicional. Cada pessoa passa a ter uma função e a organizadora, Maria de Lurdes, coordena todo o evento.

Antes a gente aqui fazia tudo meio na correria sabe, um doa isso o outro aquilo e logo juntava tudo e fazia algo, mas só que com o tempo como foi aparecendo mais gente nós tivemos que se organizar bem melhor, eu explico o que cada um precisa fazer, também tem a questão de que teve que correr atrás da prefeitura pra poder ter autorização, hoje é um evento que agrega muita gente né, então nós temos que se organizar melhor (MARIA DE LURDES, 2020).

Como salienta Agulhon (2019), a associação entre os sujeitos “começa facilmente com um grupo de amigos, de frequentadores regulares, antes de chegar ao grupo organizado e constituído; é a transição do ‘informal’ para o ‘formal’” (AGULHON, 2019, p. 31).

Na busca de uma maior clareza sobre a distinção entre cada uma destas categorias, Ribeiro (2019) acrescenta:

Enquanto a [sociabilidade] formal se apresenta como um fenômeno mais visível, a partir de um conjunto de práticas e registros diversos que informam o essencial sobre a sua existência, a sociabilidade informal, pelo seu caráter espontâneo e volátil, invoca numerosos problemas quanto às provas documentais, decorrendo uma maior dificuldade em visibilizá-la. A primeira estaria relacionada às experiências com algum grau de institucionalização, como, por exemplo, as confrarias e irmandades, os sindicatos, os clubes sociais e esportivos. Já a segunda estaria associada à fluidez do coloquial, como a conversação, a coqueteria ou encontros eventuais em bares ou cafés. É evidente que a diferenciação entre uma e outra é tênue e dinâmica e a distinção serve como um esforço metodológico de compreensão da realidade estudada (RIBEIRO, 2019, p. 48).

No que corresponde ao festejo analisado, nota-se que, em um primeiro momento, essa festa não possuía uma organização clara, “cada um doava o que podia e a gente ia vendo o que dava para fazer” (MARIA DE LURDES, 2020). Contudo, com o passar dos anos, ocorre a delegação de funções, a definição do que é necessário prover (alimentos,

alvarás, equipamentos etc.). A partir destas delimitações e definições observa-se uma institucionalização, e tal sociabilidade abandona um sentido horizontal (informal) e passa a tornar-se vertical (formal), onde existem lugares em que cada um ocupa, há uma relação hierárquica¹¹.

Partindo da perspectiva de Certeau (1994), sobre as relações entre lugar e espaço, observamos que a Travessa, durante a Festa Junina, perde seu caráter de lugar e passa a ser espaço, por meio das práticas que ali acontecem. Segundo o autor, o espaço corresponde à ausência de posições definidas e é uma ordem móvel que propicia vislumbrar as diferentes experiências espaciais da vida cotidiana, enquanto o lugar corresponde a certas configurações mais estáveis.

Devemos entender por lugar algo que resulta de uma demarcação física ou simbólica no espaço, cujos usos o qualificam e atribuem sentidos diferenciados, orientando ações sociais e sendo por estas reflexivamente delimitado – a rua, a travessa, correspondem a lugares. As práticas das pessoas, a apropriação dos lugares, acabam por subverter lugares em espaços, mesmo em um sentido temporário, como é o caso do evento citado, ao fim do qual, a Travessa segue sendo novamente local de passagem de pedestres e veículos. Há, entre essas categorias, passagens que permitem entender a dinâmica das fronteiras flexíveis que marcam a vida cotidiana. É a partir dos relatos dos sujeitos, de seus itinerários, que observamos uma série discursiva de operações, neste caso, operações de demarcação, que fundam e articulam espaços (CERTEAU, 1994).

Assim, observa-se que a Travessa, no dia 13 de junho, torna-se um lugar-praticado (CERTEAU, 1994); mesmo que por apenas um curto período, a pequena Travessa, composta de dois quarteirões, torna-se palco de orações (com a reza do terço), de encenação (com o casamento caipira), de dança (com a quadrilha), e do desfrute de pratos típicos. Carlos Alexandre Rodrigues Batista destaca que a Festa

É um evento que dura só um dia, mas só que é muito importante pra todo mundo ali. O pessoal não vai só pra comer, ou pra rezar, tem gente que vai ali pra prestigiar entende, pra rever vizinhos que no dia a dia acaba não vendo por causa do trabalho, dos compromissos, então é um momento que reúne, que a gente conversa, come, bebe, e quem é da religião reza junto (CARLOS ALEXANDRE, 2020).

Da mesma forma, salienta-se que muitos sujeitos não participam, diretamente, desse evento, sobretudo, porque o evento correspondia a um festejo de outro credo que não o seu. Mas, mesmo não participando diretamente, relata Adriana Rodrigues Batista que:

A gente ajudava, dava um pacote de canjica lá pra festa junina, ou um litro de óleo ali pras pessoas que faz a quermesse, ou algum trocado, a gente ajuda, porque é tudo conhecido que ta fazendo, a gente faz isso porque é tudo amigo né, tudo conhecido, eu não vou lá porque não é coisa da minha religião, mas dai ajuda como pode. Também quando a gente fazia coisas ali na minha igreja [Assembleia

¹¹ Como exemplo, o grupo passa a ter uma liderança, alguém que passa a representá-lo, bem como é delegada a cada membro uma função específica, como, por exemplo, a de cozinheira (o), do (a) responsável pelos ensaios, responsáveis pela busca dos produtos arrecadados e “aquele que via ficar lá na fila [risos] da prefeitura pra pegar o nosso Alvará” (MARIA DE LURDES, 2020).

de Deus], o povo tudo ajudava, é isso, é união da gente daqui (ADRIANA RODRIGUES, 2020).

Em todos os depoimentos fica evidente que a festa contribuiu, significativamente, para a criação de uma unidade, baseada na amizade e na solidariedade com o outro, mesmo, como é caso da entrevistada acima, para aqueles que não participavam diretamente, mas se envolviam por meio de doações de produtos que auxiliassem na realização do evento.

Partindo da hipótese de que os espaços de lazer e de sociabilidades contribuíram para a criação desse sentimento de unidade, ressaltamos que a relação da festa e união entre os sujeitos, os laços de pertencimento criados, culminaram em uma organização a fim de que pudessem cobrar melhorias para a região. Como observado nas narrativas dos sujeitos, boa parte das melhorias na infraestrutura dessa região ocorreu a partir da reivindicação popular, que partiu da união dos sujeitos que habitam a região, conforme relata Carlos Alexandre:

Ali, quando a gente estava nas festas que fazemos aqui, era lugar que a gente conversava sobre tudo, principalmente sobre os problemas aqui dos bairros. Ali dava pra gente até se organizar um pouco sabe, por exemplo a gente combinava de todo mundo ficar ligando na prefeitura, nas rádios pra cobrar a falta de água aqui, que às vezes durava dias, cada um ligava tal hora, ia acumulando lá pra eles as reclamações[risos] (CARLOS ALEXANDRE, 2020).

Partindo deste relato, compreendemos, como ressaltam Silva e Angelo (2016), que as “[...] festividades enquanto objetos identificadores das comunidades e meio construtivo que consolidam referência a um determinado lugar ou grupo, também [...] corroboram para a transformação social da cidade” (SILVA; ANGELO, 2016, s/p), ou seja, podemos levantar a hipótese de que as festas ocorridas na região, ao estreitarem os laços entre os sujeitos, que, como bem salientou Maria Dalva, até então eram desconhecidos entre si, possibilitaram a união entre eles e, conseqüentemente, a organização dos mesmos para cobrar/reivindicar melhorias para a região que habitam (CAPONERO; LEITE, 2010; ANGELO; FOGAÇA, 2015).

Pereira (2021b), em estudo sobre as festas comunitárias no extremo-leste orlandino, em especial sobre a Festa Junina, pontua que, com o passar dos anos, esta festa acabou por englobar novos sujeitos, tanto na realização como em público. Ao longo das narrativas dos sujeitos, observa-se que quando seus filhos atingiram uma certa idade, foram levados para participar. Na Festa Junina, os jovens ficam responsáveis pela encenação e dança, e com o passar dos anos acabam por assumir outras atividades no evento¹².

A continuidade e renovação deste evento, ao longo dos anos, com inclusão de novos sujeitos, de novas formas de organização e execução da festa, acaba por construir uma memória coletiva para os moradores desta parte de Orlândia. Partindo das discussões de Halbwachs (2006), acerca da memória, Pereira (2021b) conclui que as recordações

¹²A ocupação das funções por outra geração, como destaca Semensatto (2012), são comuns em festas comunitárias, e, segundo a pesquisadora, esta passagem para a geração seguinte acaba por criar e reforçar os laços construídos, bem como funda uma tradição nas comunidades, além de contribuir para a sua continuidade.

que os sujeitos buscam resgatar, em suas memórias, correspondem a marcos de união entre os moradores, como também visam consolidar um ideal de pertencimento ao espaço. Neste sentido, considera-se que a memória não deve ser compreendida enquanto um mero resgate de informações do passado, mas sim uma ressignificação de histórias vividas a partir de uma vivência do presente.

Este espaço de sociabilidade, além de proporcionar o relaxamento próprio do lazer, também contribui, significativamente, para com o compartilhamento de memórias do passado e/ou das agruras do presente, como reconstrução do passado. Neste sentido, tais locais não correspondem somente a espaços de interação entre os sujeitos. Fábio Lopes Aves (2013) explica a diferença nos seguintes termos:

Sabe-se que interesses e necessidades individuais, conteúdos, fazem com que indivíduos se juntem. Isso por si só, se configura numa interação, ou seja, sociação. No entanto, para que tal vinculação se converta em sociabilidade é preciso que esses indivíduos além de estarem sociados por interesses específicos, se relacionem em função de um ‘sentimento e por uma satisfação mútua de estarem socializados’. Numa relação em que a sociabilidade consista numa derivação da interação. Dito de outro modo, para que a relação seja de sociabilidade é preciso que ambas as pessoas que estejam envolvidas, sintam o prazer nessa sociação (ALVES, 2013, s.p.).

Ressaltamos, ainda, que a consequência, as condições, bem como os resultados desses processos de sociabilidade são exclusivamente dos sujeitos que se encontram em interação, numa situação em que a sociabilidade permanece limitada somente a seus participantes (SIMMEL, 2006). Partindo de tal prerrogativa, nos espaços onde ocorrem as sociabilidades – por exemplo, a festa junina de que estamos tratando – não são todos os sujeitos que se encontravam ligados às redes de sociabilidades, construídas nesses locais. Neste sentido, para muitos sujeitos, tais locais são tomados apenas como espaços de lazer ou de interação.

Por fim, cabe ressaltar que a sociabilidade corresponde a um fenômeno polissêmico e dinâmico, ou seja:

[...] como um modo de convivência, mais ou menos formal, quase sempre associado à confiabilidade pessoal de estar junto – o que pressupõe algo como ‘estar entre iguais’ –, seja em atividades lúdicas e prazerosas como festas, bares, cafés ou outras maneiras menos formais de encontro [...] (RIBEIRO, 2019, p. 55).

Ao analisar o vocábulo *sociabilidades* na narrativa histórica, Ribeiro (2019) observa como este adquiriu importância enquanto uma expressão do modo de vida, bem como uma categoria de análise histórica. Ao considerarmos que a sociabilidade deve ser compreendida como dinâmica e complexa, seja em sua configuração formal quanto informal (AGULHON, 2019), e como um processo que ocupa um papel simbólico na vida das pessoas (ALVES, 2013), observamos que um festejo popular, como o aqui apresentado, possuiu um potencial para se pensar na criação, consolidação e renovação de identidades, no caso, a de morador local.

Esta identidade é forjada a partir dos laços de amizade, vizinhança e solidariedade. Ser “morador local”, na perspectiva dos sujeitos, não corresponde, necessariamente, a ser nativo do lugar, ou seja, ter nascido no extremo-leste ou na cidade de Orlandia. Mas sim, corresponde ao sentimento de pertença que resulta dos

laços criados e renovados entre os sujeitos que habitam o local e compartilham das relações de sociabilidades (PEREIRA, 2021a).

As discussões apresentadas até aqui evidenciam apenas uma das festas comunitárias ocorridas no extremo-leste orlandino. Existem ainda outros espaços de grande importância que oportunizam a criação e organização desta identidade local. Contudo, nossa proposta neste ensaio visava apenas observar um evento e sua potencialidade enquanto espaço de sociabilidade e de criação e manutenção de uma identidade local. Existe ainda um longo caminho a ser trilhado, seja nas análises de outros espaços (como outras festas comunitárias localizadas na região) e sua importância no que corresponde à distinção entre os *locais* e os *de fora*. (PEREIRA, 2021b).

Considerações Finais

Ao longo deste breve ensaio, tivemos por objetivo central analisar um festejo ocorrido no extremo-leste do município de Orlândia. Entre nossas discussões os conceitos de sociabilidade, de memória e de identidade tiveram grande destaque.

Esta festa comunitária, que nasceu a partir de uma promessa e aos poucos passou a agregar diferentes sujeitos, seja da Travessa X, como das ruas e avenidas em seu entorno, serviu como importante marco para a criação e manutenção de uma série de relações, que acabaram por fundar uma certa noção de unidade, uma identidade de “morador local”, evidenciada no modo como falam de si no plural, como memórias individuais e coletivas se assemelham, e pelo entendimento de terem compartilhado um passado comum, de lutas, de conquistas, bem como de lazer e de prazer.

Neste sentido, este espaço permitiu que sujeitos que pouco se conheciam, ou nada se conheciam, criassem relações de companheirismo e solidariedade que são reforçados através do evento. Até mesmo entre aqueles que não se encontravam participando ativamente, estes, através de doações faziam-se presentes.

Cabe destacar ainda, partindo das considerações de Simmel (2006), expostas ao longo deste estudo, que não bastava apenas frequentar o evento para se encontrar como participante das redes de sociabilidades presentes ali, muitos sujeitos tomavam tal espaço apenas como local de lazer ou de interação. Para que houvesse a sociabilidade era necessário que os indivíduos, além de estarem sociados/interagindo por interesses específicos, se relacionassem em função de certos sentimentos e por uma satisfação mútua de estarem socializados. Como pontua Magnani (1992), para ser-pertencer ao “pedaço”¹³: “[...] não basta que o indivíduo passe por este território ou o frequente esporadicamente, é necessário que ele esteja situado ‘numa peculiar rede de relações’” (MAGNANI, 1992, p. 193).

A sociabilidade, conceito amplamente utilizado em estudos de áreas como a História e Ciências Sociais, ainda carece de uma melhor discussão teórica, devendo-se evitar tomar sociabilidade como algo dado, ou seja, subentendido. Assim, a presente

¹³ O “pedaço” corresponde a espaços de cultivo e fruição de uma cultura que termina por reforçar vínculos de sociabilidade e pertencimento (MAGNANI, 1992; MAGNANI; LUCCA, 2000).

investigação visou também trazer algumas perspectivas que discutem tal noção, expondo a sua complexidade e articulações, pontuando a proposta de cada um dos pesquisadores utilizados e a aplicando neste pequeno recorte.

Referências

AGULHON, Maurice. A sociabilidade, a sociologia e a história. In: DORE, Andrea; RIBEIRO, Luiz Carlos (Orgs.). *O que é sociabilidade?* São Paulo: Intermeios, 2019.

AGULHON, Maurice. Os círculos: definições, antecedentes, pontos de partida. In: DORE, Andrea; RIBEIRO, Luiz Carlos (Orgs.). *O que é sociabilidade?* São Paulo: Intermeios, 2019.

ALVES, Fabio Lopes. A dinâmica da sociabilidade em Georg Simmel. *Contribuciones a las Ciencias Sociales*, 2013, s/p.

ARAÚJO, Karina de. *Orlândia na belle époque: um sonho do coronel*. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em História), Franca: Universidade Estadual de São Paulo - UNESP, 1999.

BAENIGER, Rosana Baeninger. São Paulo no contexto dos movimentos migratórios interestaduais. In: BAENIGER, Rosana Baeninger. *Regiões, metrópole e interior: espaços ganhadores e espaços perdedores nas migrações recentes – Brasil 1980-1996*. Tese (Doutorado em Sociologia), Campinas: Universidade de Estadual de Campinas – UNICAMP, 2002.

CERTEAU, Michel. *A invenção do cotidiano: Artes de fazer*. Petrópolis: Ed. Vozes, 1994.

CHIANCA, Luciana. Devoção e diversão: expressões contemporâneas de festas e santos católicos. *Revista ANTHROPOLÓGICAS*, v. 18, n. 2, p. 49-74, 2007.

GOMES, Maryvone Moura. Um olhar sobre as festas juninas e seus novos cenários: o caso de São João de Maracanaú – Região Metropolitana de Fortaleza (RMF/Ceará). In: *Geotextos*, vol. 7, n. 2, dez. 2011, p. 99-120.

HALBWACHS, Maurice. *A memória coletiva*. São Paulo: Centauro, 2006.

HENRICKS, Thomas S. Simmel: on sociability as the play-form of human association. In: *Play and Cultural Studies*. MNV. OCLC. MNV & UMM, Greenwich, CT, v. 5, 2003, p. 19-32.

LUCENA FILHO, Severino Alves de. *As festas juninas: uma vitrine de culturas simbólicas no contexto do turismo cultural*. Disponível em <https://www.ucs.br/site/midia/arquivos/90-as-festas-juninas.pdf>. Acesso: 27/01/2022.

MAGNANI, José Guilherme Cantor. Da periferia ao centro: pedaços & trajetos. *Revista de Antropologia*, 1992, v. 35, p. 191-203

MAGNANI, José Guilherme C.; TORRES, Lilian de Lucca (Orgs.). *Na Metrópole: textos de Antropologia Urbana*. EdUSP; FAPESP, 2000.

OLIVEIRA, Lucas de Albuquerque; OSÓRIO, Patricia Silva. Da Festa de São Pedro à Festado Pescador: Dinâmicas identitárias em uma comunidade ribeirinha de Mato Grosso. *ACENO*, v. 4, n. 7, 2017, p. 172-186.

PAIVA, Kauê Felipe. *Urbanização e planejamento: a produção do espaço em pequenas cidades do eixo rodoferroviário da Alta Mogiana - Triângulo Mineiro*. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo), São Paulo: Universidade de São Paulo - USP, 2017.

PEREIRA, Bruno César. Uma cidade entre narrativas: construções históricas sobre a história de Orlândia-SP. *Trilhas da História*, v. 10, n. 20, 2021a, p. 91-110.

PEREIRA, Bruno César. Notas sobre as contribuições de festas comunitárias para a construção identitária em uma região de Orlândia-SP. *Albuquerque: Revista de História*, v. 13, n. 25, 2021b, p. 159-175.

PORTELLI, Alessandro. A Filosofia e os Fatos. Narração, interpretação e significado nas memórias e nas fontes orais. *Tempo*, v. 01, n. 02, p. 59-72, 1996.

PORTELLI, Alessandro. O que faz a história oral diferente. *Projeto História*, v. 14, p. 25-39, 1997.

PRIORE, Mary Del. *Festas e Utopias no Brasil Colonial*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1994.

RIBEIRO, Luiz Carlos. A sociabilidade na narrativa histórica. In: DORE, Andrea; RIBEIRO, Luiz Carlos (Orgs.). *O que é sociabilidade?* São Paulo: Intermeios, 2019.

SEMENSATTO, Simone. *Informação, memória e identidade: as festas comunitárias do município de Estrela – Rio Grande do Sul*. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharel em Biblioteconomia), Porto Alegre: Universidade Federal do Rio Grande do Sul - UFRGS, 2005.

SILVA, Elisa Paes; ANGELO, Elis Regina Barbosa. Festas, turismo e identidade iguaçuana. In: XVII Encontro de História ANPUH-RIO. Rio de Janeiro: *Anais do XVII Encontro Regional de História - ANPUH/RIO*, 2016, s./p.

SILVA, Luís Geraldo da. Da festa à sedição. Sociabilidades, etnia e controle social na América portuguesa (1776-1814). In: JANCSÓ, István; KANTOR, Iris (orgs.). *Festa, cultura e sociabilidades na América Portuguesa*. v. 1. São Paulo: Imprensa Oficial; Hucitec; Edusp; Fapesp, 2001. p. 313-335.

SIMMEL, Georg. A sociabilidade. In: SIMMEL, Georg. *Questões fundamentais da sociologia: indivíduo e sociedade*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2006.

VOIGT, Lisa. Festas e sociabilidades nas cidades mineiras nos séculos XVII-XVIII. In: DORE, Andrea; RIBEIRO, Luiz Carlos (Orgs.). *O que é sociabilidade?* São Paulo: Intermeios, 2019. p. 117-129.

Fontes Oraís

Adriana Rodrigues Batista, 64 anos, paranaense, dobradeira de palha. Entrevista realizada em sua residência, avenida Y, em 28 de janeiro 2020.

Carlos Alexandre Batista, X anos, paraense, operador de máquinas. Entrevista realizada em sua residência, avenida Y, em 25 de janeiro 2020.

Maria Dalva dos Santos Borges, 62 anos, costureira, natural de Novo Oriente-PI. Entrevista realizada em sua residência, avenida Y, em 17 de fevereiro de 2020.

Maria de Lurdes Monteiro, 57 anos, paulista, aposentada. Entrevista realizada através de plataforma digital (*WhatsApp*) em 26 de fevereiro de 2021.

Raimundo Nonato Pereira Alves, 55 anos, ex-safrista, atualmente operador de empilhadeira, natural de Valença-PI. Entrevista realizada em sua residência, na avenida Y, em 02 de fevereiro de 2020.